

Excursão

Dia 31 de outubro sai de Florianópolis uma excursão para Foz do Iguaçu e Ciudad del Leste. Os interessados podem entrar em contato com a Rose, diretora social da Abecelesc/Fpolis, no fone 44-34-22 ramal 149.

Muito cuidado

O Banco Factor recomendou dias atrás, em Nova Iorque, aos investidores e bancos internacionais a compra de ações da Celesc por estarem baratas e serem um excelente negócio. Este banco é aquele que lançou, ano passado, 20% das ações preferenciais da Celesc. Mas será que esta é uma boa notícia? Sabe-se que o governo está querendo "fazer dinheiro" através de venda de estatais e ações para lastrear o Plano FHC.

Exposição

A mostra de fotografias da greve da Celesc que esteve na DVOM e Despacho de Carga, vai estar hoje e amanhã no Almoarifado e dias 5 e 6 de julho segue para o CEFA.

Cinema

Dando continuidade à mostra de cinema "Curtas Catarinenses", promovida pelo Sintergia, foram exibidos nos dias 28 e 29 de junho os curtas Farra do Boi e Vôo Solitário. Hoje e amanhã, às 12h 30min, no auditório da Agência/Celesc serão exibidos os filmes Bruxas, Desterro e Manhã. De segunda a quinta-feira, no auditório do Sertão/Eletrosul, também serão apresentados estes curtas.

Sinergia presente

Acontece no Rio o Seminário Nacional dos Fundos de Pensão sobre Geração de Empregos, Trabalho e Qualidade de Vida promovido pela Abrapp, Asastel, Fenapp e Sinttel. Hélio Coimbra, diretor do Sintergia, também estará lá a convite das três entidades.

LINHA VIVA

Nº 275
30/06/94

Pesadelo

Antes de ser aplicado por inteiro, plano FHC já multiplica a miséria

A troca da moeda pelo Real a partir da sexta-feira, 1º, deflagra a terceira fase do plano econômico do ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O plano pretende controlar a inflação, criar uma moeda forte e estável e ajustar as contas do governo, mas trouxe como resultado, nos primeiros seis meses de implantação, prejuízos para os salários dos trabalhadores e a expectativa de benefícios eleitorais para o ex-ministro, em campanha para a Presidência da República.

A primeira fase do plano foi implantada a partir de mudanças ocorridas nos três primeiros meses deste ano, mas não atingiu o objetivo de equilibrar a receita com a despesa do governo. Apesar do aumento de impostos de 5% e da criação do Fundo Social de Emergência, o Tesouro Nacional contabilizou um déficit de caixa de CR\$ 186,9 bilhões (em valores de março) no primeiro trimestre. O governo ordenou cortes de 40% nas despesas de custeio e capital de todos os ministérios no Orçamento da União de 1994, mas autorizou gastos em obras no interior de Minas Gerais e da Bahia.

O pagamento de encargos da dívida interna e externa e da dívida mobiliária consumiu 15% das despesas. O Orçamento da União para 94 ainda não foi votado pelo Congresso Nacional e a incerteza quanto aos gastos do governo pode ser um dos elementos a minar o sonho do ajuste fiscal. A previsão de juros altos para os próximos meses (que tendem a reduzir a arrecadação) e o período eleitoral (tradicionalmente marcado pelo descontrole dos gastos públicos) são outros fatos a confirmar a tendência de continuidade do déficit público.

A segunda fase do plano, implantada em março, teve a intenção de provocar a desindexação da economia, acabando com a "memória inflacionária", através da criação de um índice baseado na inflação corrente - a Unidade Real de Valor (URV). Apenas os salários foram convertidos compulsoriamente para URV pela média dos quatro meses anteriores e, apesar das negativas do Ministério da Fazenda, as categorias de trabalhadores amargaram aí suas primeiras perdas com o plano.



Os preços das mercadorias permaneceram livres, o que permitiu a "remarcação preventiva". Os trabalhadores passaram a não contar com política salarial - o governo indicou a livre negociação como saída para buscar a reposição das perdas e acabou com qualquer indexação que protegesse os salários. No início desta semana, o governo anunciou um "aumento real" de 8,04% no salário mínimo, que será recebido pelos trabalhadores no final de setembro, poucos dias antes das eleições presidenciais. O "aumento" deverá ser inferior à inflação do período, estimada em aproximadamente 4% a 5% ao mês pelos economistas.

A terceira fase do plano ocorre em meio a grandes investimentos políticos e financeiros. O governo e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) já começaram a desembolsar 25 milhões de dólares para a campanha publicitária da troca da moeda, apostando alto no sucesso - ainda que temporário - do plano e na possibilidade de impulsionar a candidatura do ex-ministro da Fazenda. O preço é baixo, se comparado, por exemplo, com os 75 milhões de dólares que serão gastos por Fernando Henrique no restante de sua campanha. Mas, para o governo e a Fenaban, deve valer a pena - até porque a conta já está sendo paga pelos trabalhadores.

Explicar

A Celesc está recebendo uma doação do loteamento Moulin de Vernegues, no Córrego Grande, Florianópolis. Mas é bom que se saiba que neste loteamento tem vários postes da própria Celesc. De outro lado, no "Morro do Gato", em Palhoça, o que foi descrito como uma manutenção em rede de distribuição, na prática, virou uma conversão para trifásico na alta tensão e na troca do trafo de 15 para 30 KVA, atendendo uma granja de galinhas. Será que é tão fácil doar o que não é da gente e chamar de manutenção um crescimento no sistema?

Saúde

Dias 2 e 3 de julho acontece na cidade de Laurentino a Plenária Estadual de Saúde onde será avaliado o trabalho dos conselhos municipais e estadual de saúde. Na ocasião será eleito também o conselho político e executivo da entidade e dados os encaminhamentos para o encontro nacional deste ano.

Celesc antecipa

Segundo o Diretor Administrativo, Paulo César da Silveira, a Celesc antecipou o pagamento do salário de junho por solicitação da rede bancária para evitar maiores congestionamentos nos bancos com a entrada em vigor do Real. Silveira afirmou que não haverá perdas para os empregados, porque o pagamento foi feito com a URV valendo CR\$ 2.698,46 e o valor da URV no dia 30 de junho é de CR\$ 2.750,00, "uma variação de apenas 1,9%", disse o DA. Segundo informações do BESC o Fundão está reajustando conforme a URV. Os sindicatos farão consulta às suas assessorias jurídicas para um parecer sobre o assunto.



Minerlos reuniram-se com Intersul

Intersul quer solução para o carvão

Há que se encontrar uma solução para o problema do carvão do Sul de Santa Catarina que garanta o trabalho dos dois mil mineiros ameaçados de demissão. Esta é a posição da Intersul que, sob esta perspectiva, admite a manutenção de compra temporária por parte da Eletrosul de 40 mil toneladas/mês do minério acima do que utiliza no Complexo Jorge Lacerda. Mas isto somente até que se viabilize uma solução definitiva para o caso. "É claro que não podemos permitir que, novamente, os trabalhadores mineiros paguem pelos erros de uma péssima administração", explica Delman Ferreira, diretor do Sinergia.

A Intersul tem bons motivos para exigir uma solução que seja para sempre. O excedente comprado mensalmente 40 mil toneladas, significam 1 milhão 600 mil dólares saídos dos cofres da União sem serventia. O prefeito de Criciúma, Eduardo Pinho Moreira, diz que com dois milhões de dólares num ano dava para resolver o problema ambiental decorrente de várias décadas de exploração mineral na região sul do Estado. Com este dinheiro sendo aplicado mensalmente no desenvolvimento industrial da região, incentivando o surgimento de fábricas e negócios também se resolveria em pouco tempo o problema de emprego naquelas cidades. E, por último, e tão importante, o dinheiro dos cofres da União não deve cair nas mãos dos donos das minadoras, que quase não tem despesa nenhuma com estas 40 mil toneladas a mais estocadas no pátio da Eletrosul mensalmente. Não se pode esquecer também que estas minadoras estão entre as maiores devedoras da Celesc.

CARA DE PAU

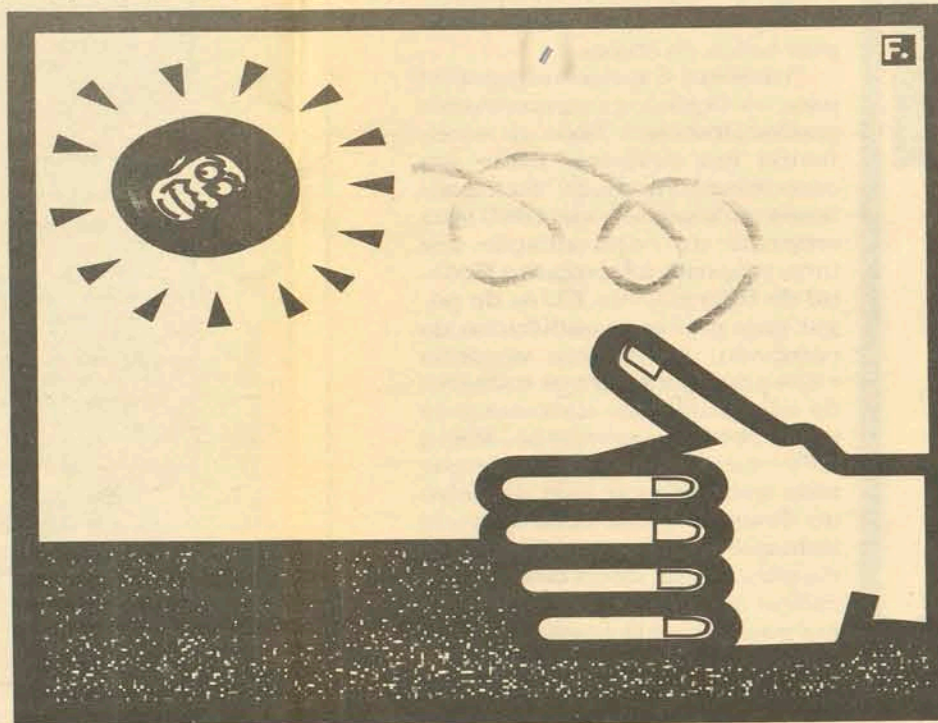
A Intersul esteve também na reunião entre mineiros, governo do Estado e Eletrosul para tratar do assunto. Foi muito estranho que a Eletrosul tenha sido representada pelo senhor Amílcar Gazaniga, ex-presidente da empresa, que continua porém membro do Conselho de Admi-

nistração da estatal. Na ocasião Gazaniga afirmou que sofreu "sangue, suor e lágrimas" para recuperar a Eletrosul, uma empresa, no seu entender "perdulária". Risível foi porém a ênfase dada por ele na sua preocupação com o desemprego dos mineiros. Contraditoriamente, na mesma reunião Gazaniga gabou-se de ter demitido três mil empregados da Eletrosul, "para recuperar a empresa".

Pior é saber que o senhor Amílcar Gazaniga foi o principal agente do governo Collor, em Santa Catarina, responsável por todos os problemas que os trabalhadores mineiros sofrem hoje. A crise iniciou em setembro de 1990, quando Collor acabou com a exigência das siderúrgicas usarem no mínimo 8% de carvão nacional nas suas atividades. Naquela época trabalhavam em Santa Catarina 14 mil mineiros, com uma produção mensal de 450 mil toneladas. Hoje eles são 3.800, e o único mercado que têm é a Eletrosul com sua cota de 120 mil toneladas/mês. Paralelamente Collor eliminou as taxas de importação do carvão e todo mundo passou a importar o produto. Mas os cortes foram irresponsáveis, uma vez que, no mundo inteiro os países preservam a mineração local, por causa do problema social. Na própria Alemanha a exigência é de que as indústrias consumam 15% do carvão alemão. No Brasil foi feita uma ruptura e não foi dado nenhuma opção, nem que fosse a diminuição gradativa de suas fontes de renda àqueles 10 mil mineiros e a possibilidade de readaptação a outra atividade. Hoje, aqueles demitidos em 1990, sobrevivem vendendo artigos trazidos do Paraguai.

A Intersul não concorda com o tratamento que está sendo dado ao caso do carvão pelo governo, vista como irresponsável e inconsequente, abrindo ainda margem para que alguns se utilizem do problema por que estão passando os mineiros para fins políticos-eleitorais.

O preço social da moeda eleitoral



Preços já dispararam

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) constatou no mês passado os efeitos das remarcações preventivas no bolso dos trabalhadores de Florianópolis. Estudo sobre a variação dos preços de 13 produtos que compõem a cesta básica, suficiente para a manutenção de um adulto por um mês, comprovou que os alimentos industrializados tiveram um aumento médio de 10% acima da inflação.

A variação média dos preços dos 13 produtos (carne, leite, feijão, arroz, farinha de trigo, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga), foi de 45,88% em relação a abril. O trabalhador gastaria 94,86% do salário mínimo de 64,79 URV para adquiri-los. As maiores altas ficaram com o pão (100%), a manteiga (73,94%), a farinha de trigo (64,04%), o café (54,52%), o açúcar (50,62%) e o arroz (45,95%). Para o Dieese, o aumento dos preços dos alimentos industrializados, como o café e a manteiga se explica "pelo setor ser extremamente oligopolizado, onde quinze grupos empresariais ofertam 80% dos alimentos".

O economista Jorge Luiz Gouvêa, da Sub-seção do Dieese no Sindicato dos Bancários de Florianópolis, alerta para o risco decorrente da ausência de mecanismos de controle de preços: "A partir do dia 1º, por má-fé ou por ignorância, o mercado poderá definir o preço que quiser, já que ninguém sabe o preço dos produtos em URV ou em Real". Novos aumentos reais de preço poderão ocorrer, ainda, como repasse de aumentos ocorridos na indústria às vésperas do ingresso da nova moeda.

no no que diz respeito a reposição de perdas salariais.

Como se não bastasse, já é certo que o governo vai expurgar da poupança e dos salários a inflação dos últimos dez dias de junho, cerca de 25%. Com isso, pode haver uma ilusão de deflação que dure três ou quatro meses. Mas logo todo mundo vai "cair na real".

DESEMPREGO - Outros números alarmantes dizem respeito ao desemprego gerado pelo plano. Só em São Paulo ocorreram 80 mil demissões depois do anúncio do plano. O governo dizia que não haveria desemprego nem recessão. Agora os empresários culpam o governo pelas dispensas de trabalhadores. O resultado final é um total de 8 milhões de desempregados no país. Isso é igual a soma dos habitantes do Paraguai e do Uruguai.

Nestas pesquisas não se fala, ainda, dos cerca de 20 milhões de trabalhadores informais, que trabalham sem carteira assinada e, na maioria, recebendo menos do que um salário mínimo (R\$ 64,79).

Na esteira desta tragédia social aumenta a mortalidade infantil em cerca de 15% e reaparecem doenças que eram consideradas erradicadas. Acumula-se um déficit habitacional de 10 milhões de residências. E de educação é melhor nem falar.

A principal base para a sustentação do Plano FHC é o Fundo Social de Emergência, formado exatamente pelo que foi cortado de verbas da saúde, educação e habitação.

Talvez os dados apresentados não se revelem para a grande maioria a curto prazo. Talvez muitos só acordem muito depois da manhã de primeiro de julho. Af vão ter que enfrentar os fatos. A miséria não é um pesadelo, ela é real.

CUT esclarece população sobre prejuízos do plano

A CUT está lançando em todo o país uma campanha para alertar a população sobre os prejuízos que vêm em consequência do da entrada em vigor da nova moeda e sobre o Plano FHC de uma maneira geral. Serão distribuídos panfletos e cartazes em todo o Brasil falando do arrocho salarial dos aumentos abusivos e das propostas da Central para tirar o país da crise econômica e social.

"Logo no primeiro dia do lançamento do Plano FHC a CUT denunciou o seu caráter eleitoral e sem nenhuma consistência, que só vai passar até durar as eleições", diz o presidente nacional da entidade, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho.

Segundo Vicentinho, "para o Brasil voltar a crescer, em primeiro lugar, precisamos fixar o homem no campo, através do assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra, com incentivos e créditos agrícolas aos peque-

nos e médios produtores". Esta análise está estampada em um dos eixos da campanha da CUT: Reforma Agrária e Política Agrícola Já!

EMPREGO - A CUT também reivindica nesta jornada a ampliação do nível de empregos e apresenta a jornada de trabalho de 40 horas semanais, com turno de seis horas, sem redução de salário, como alternativa.

Por outro lado, a Central defende que é necessário elevar o salário mínimo e os benefícios da previdência social, reajustando seus valores de acordo com a inflação verificada. Isso deveria ser feito junto com um rigoroso controle de preços, com punições severas para os remarcadores.

As medidas que a CUT propõe devem ser paralelas à retomada dos investimentos em saúde, educação e habitação, buscando uma vida digna para todos e a reafirmação da cidadania.

TRIBUNA LIVRE

Aposentadoria: Inferno ou Paraíso?

Hélio Coimbra
Diretor/Sinergia

Observo muitas pessoas que, enquanto estão trabalhando, vêem a aposentadoria como se fosse um oásis no deserto.

Sonham com o dia que não terão a obrigação de levantar cedo, tomar café apressadamente, enfrentar o trânsito pela manhã e chegar correndo no trabalho. Sonham, sonham.... E fazem milhões de planos para o dia que não terão mais a responsabilidade de sustentar a família, educar os filhos e ficar preso ao bendito relógio.

Conheço várias pessoas (colegas) que se preparam, economizam, pensando na possibilidade de poder desfrutar tudo isto como bem entender quando estiverem aposentadas.

Porém, noto que muitas delas (principalmente os homens) quando se aposentam não fazem quase nada daquilo que sonharam durante muitos anos. Acabam desistindo de seus sonhos e de seus planos. Quando isto acontece é que a velhice realmente chega, pois sem sonhos, sem ilusões, sem esperança, o brilho da vida vai se apagando.

Percebo que muitos tornam-se revoltados contra tudo e contra todos. Vão ficando amargurados e culpam a família por não conseguirem realizar seus desejos.

Cada um é responsável pela sua própria felicidade. Não se resolve nada culpando os outros.

No homem a maior causa de sua revolta é ter perdido a autoridade e soberania sobre a família. Os filhos já não dependem mais dele. Tornaram-se independentes e tomam suas próprias decisões.

"Eu já não mando mais nada", reclamam. Mas não era o que esperavam? Não precisam tomar decisões o tempo todo deveria ser uma das maiores alegrias do aposentado e não um motivo para se sentir inútil ou desprezado. Além do mais, não é para que nossos filhos sejam livres e independentes que os educamos?

A vida do aposentado pode ser um paraíso ou um inferno. Depende de como esta fase da vida é encarada.

Felizes são os aposentados que guardaram apenas coisas boas dentro de si, que conseguiram manter o espírito aberto para as mudanças do mundo atual, que ainda sentem entusiasmo pela vida.

Como é bom envelhecer mantendo o senso de humor e, mesmo com o rosto cheio de rugas, encontrar alegria nas pequenas coisas como passear, ver a natureza, acordar sem pressa, acariciar o rosto de uma criança, colher uma flor e levar à pessoa com quem conviveu a vida toda. Como é bom estar aposentado sem ter perdido o romantismo e poder estar entre as pessoas que ama e que também o amam.

Feliz é o aposentado que sabe envelhecer com arte, olhando a vida com os olhos da maturidade, da experiência e da sabedoria.

"Felizes são os aposentados que ainda sentem o entusiasmo pela vida".

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Del Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques e Luiz Cezare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamozon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do Jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



Programação de Cinema

Estas são as programações do CIC e ART7. Eletricitário tem direito a meia entrada, mediante apresentação de carteira do Siner-gia, conforme convênio.

Cinema do CIC -

Dia 30 de junho - Quinta-feira:

18h30 min - Crianças de Domingo

20h30min - Adeus Minha Concubina

Dia 01 de julho - Sexta-feira

18h 30min - Crianças de Domingo

20h30min - Adeus Minha Concubina

Dia 02 de julho - Sábado

18 horas - Adeus Minha Concubina

21 horas - Lamarca

Dia 03 de julho - Domingo

16 horas - Crianças de Domingo

18 horas - Adeus Minha Concubina

21 horas - Lamarca

Dias 04, 05, 06, 07 de julho:

20h30min - Lamarca

CINEMA ART7

Dia 30 - Quinta-feira

21h - Um Mundo Perfeito

Dia 01 - Sexta-feira

19 horas - Os Prisoneiros da Honra

21 horas - Um Mundo Perfeito

Dia 02 e 03, - Sábado/Domingo

17h - Free Willy

19 horas - Os Prisoneiros da Honra

21 horas - O Mundo Perfeito

De 04 a 07

19 horas - Os Prisoneiros da Honra

21h - Um Mundo Perfeito

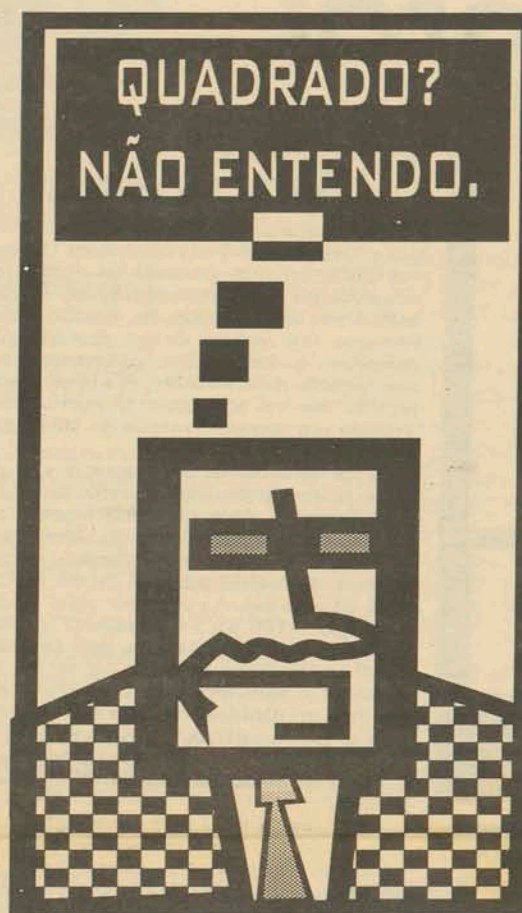
Reinventando o Governo

Por que os governos não são vistos como organizações que também devem procurar aumentar sua produtividade? Esta é a pergunta que o pesquisador norte-americano David Osborne faz no seu livro "Reinventando o Governo", escrito em parceria com Ted Gaebler, recém publicado no Brasil, pela editora Comunicação.

As denúncias feitas no livro são verdadeiras e procedentes. Talvez as soluções propostas - derivações das técnicas administrativas em moda no setor privado como reengenharia, just-in-time, terceirização - não sejam as melhores, mas as críticas tem fundamento e alguma coisa tem que ser feita. Osborne defende o princípio da descentralização do governo, que traria flexibilidade à instituição para responder com rapidez às circunstâncias mutantes e às necessidades do seu cliente, o povo.

Em artigo reproduzido pela revista *Diálogo*, o pesquisador afirma que "as burocracias federais incham e se tornam indolentes não porque os que trabalham para elas assim o desejam, mas porque os incentivos básicos que funcionam nestas burocracia literalmente exigem que seja assim. A maioria dos programas é considerada importante não por alcançar resultados fabulosos, mas por que gastam somas fabulosas em dinheiro. Seus administradores ganham mais prestígio e melhores salários não porque demonstraram um rendimento superior, mas por construir uma vasta burocracia. Seus empregados são recompensados não porque trabalharam bem, mas por se manterem há muito tempo em seus empregos".

Osborne aponta várias ocorrências no governo norte-americano para mostrar a forma irracional das gerências governamentais. O primeiro exemplo vem do Departamento de Defesa dos EUA. "Num setor militar, comandantes de unidades têm 26 itens de compra diferentes só para consertos de prédios. O dinheiro está preso dentro de listas de compras que fizeram sentido no passado, mas enfrentam agora condições diferentes, os administradores não podem remanejar seus fundos. Há o caso de uma



base militar que não tinha, entre os itens de compra, uma máquina para remoção de neve, mas tinha uma conta de manutenção. Quando o equipamento quebrou, a base gastou 100 mil dólares anuais para alugar um limp-neve que poderia ter sido comprado pela mesma quantia".

O pior é que economizar dinheiro num órgão governamental geralmente é sinônimo de punição. Os administradores que não gastam todo seu orçamento devem devolver o excesso e, provavelmente, no próximo ano terão uma alocação de verba menor em função disto. "Muitos administradores sabem onde cortar 10% do seu orçamento, mas não têm incentivo para fazê-lo. O sistema de orçamento na realidade encoraja os administradores a desperdiçar dinheiro."

Outra fonte de paralisia do governo são seus emaranhados códigos e atos regulatórios que sufocam qualquer administração. O mesmo Departamento de Defesa norte-americano tem um

livro com duas mil páginas de regulamentos para compras. Existem 12 itens sobre como comprar biscoitos recheados de sorvete e 14 sobre como comprar bolos de frutas.

Também é quase impossível para os órgãos governamentais ganhar dinheiro. Tudo se transforma em despesa. Mais um caso contado no livro "Reinventando o Governo": em 1990 uma empresa de comunicação fez uma proposta à Comissão Federal de Energia, dos EUA, de pagar para gravar as audiências da comissão. A empresa venderia estas gravações para os milhares de advogados que levavam seus casos perante a comissão. Mas a CFE rejeitou a proposta por que teria que entregar este dinheiro ao Tesouro e em contrapartida teria que contratar um funcionário para cuidar desta conta e fiscalizar o contrato. Ou seja, o que era para ser uma fonte de renda se transformaria numa despesa.

Osborne critica também a forma assumida pela contabilidade governamental. "Atualmente, os sistemas contábeis federais não refletem obrigações futuras. Quando o governo assume enormes obrigações futuras - muito além de sua capacidade de pagar - ninguém é responsabilizado, por que a contabilidade só conta o dinheiro quando ele é gasto. Ela também ignora a depreciação física de bens, como estradas, prédios e armas. Esses bens físicos são investimentos, medida que se desgastam, seu valor declina, porque sem consertos caros acabam ficando inúteis. Consumir um bem é uma forma de gastar; no comércio é chamado de depreciação. No governo é ignorado. A maioria dos sistemas de contabilidade públicos tendem a achar mais barato o desgaste de bens do que sua manutenção em boa ordem. O sistema de contabilidade reforça a preferência natural dos políticos pela construção de grandes e novas estruturas que impressionem o eleitor, em vez de gastar dinheiro para manter os bens existentes. Também permite aos políticos cortar orçamentos de manutenção sem parecer incorrer em despesas. Na realidade, essas decisões geram gastos futuros significativos".